

DPS
CP/CAEM 2022
AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

Aluno nº

HISTÓRIA

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

“Para o Brasil, foi o começo de uma era magnífica. A transição era também de doutrinas ou mentalidades ... O livre-cambismo, a franquia mercantil, o curso livre das mercadorias, o industrialismo, substituíam-se às velhas ideias proibitivas, protecionistas e monopolistas ...

...
O decênio da transformação acabou, lamentavelmente, com a anarquia administrativa de abril de 1821, em torno do regresso de D. João VI a Portugal. Causas políticas, inevitáveis, interromperam um dos períodos mais brilhantes da história brasileira.” (CALMON, Pedro. História da Civilização Brasileira. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Senado Federal, 2002. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/>. Acesso em 16/05/2022).

Analisar o período da História do Brasil conhecido como Período Joanino (1808 a 1821), nas expressões política e econômica, **concluindo** sobre a influência desta fase na Proclamação da Independência do Brasil.

1. MÉTODO

| TOTAL: 180 (cento e oitenta) escores | | | | | |
|--|--------|--|--|---------|---------|
| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO | | ESCORES | ESC Alu |
| Introdução (10% a 15%) Identificação do objeto correto | M1 | Abordagem da ideia central. | | 6 | |
| | M2 | Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo. | | 6 | |
| | M3 | Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento. | | 4 | |
| | M4 | Não elaboração da introdução de forma abrupta. | | 3 | |
| | M5 | Não antecipação de partes do desenvolvimento. | | 4 | |
| | M6 | Ligação com o desenvolvimento. | | 2 | |
| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO | | ESCORES | ESC Alu |
| Desenvolvimento (55% a 70%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto | M7 | Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão. | | 5 | |
| | M8 | Divisão do todo em partes coerentes. | Totalmente. | 20 | |
| | | | Mais da metade das partes está coerente com o todo. | 10 | |
| | | | Menos da metade das partes está coerente com o todo. | 5 | |
| | | | Divisão sem coerência. | 0 | |
| | M9 | Identificação da coerência das ideias com o objeto. | Totalmente. | 25 | |
| | | | Atendimento em mais da metade das ideias. | 7 | |
| | | | Atendimento em menos da metade das ideias. | 3 | |
| | | | Não atendimento das ideias. | 0 | |
| | M10 | Análise das ideias com ligação de causa e efeito. | Totalmente. | 25 | |
| | | | Mais da metade das ideias com ligação. | 20 | |
| | | | Menos da metade das ideias com ligação. | 10 | |
| | | | Ideias sem ligação. | 0 | |
| | M11 | Elaboração das conclusões parciais. | De forma dedutiva. | 30 | |
| | | | Limitando-se a resumir. | 5 | |
| Não elaborou as conclusões parciais. | | | 0 | | |
| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO | | ESCORES | ESC Alu |
| Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho. | M12 | Retomada da ideia central. | | 5 | |
| | M13 | Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais. | Com as ideias essenciais e de forma dedutiva. | 20 | |
| | | | Parcialmente com as ideias essenciais. | 10 | |
| | | Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir. | 0 | | |

| | | | | | |
|---|-----|--|---|------------|--|
| Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho. | M14 | Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica). | Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento. | 15 | |
| | | | Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento. | 10 | |
| | | | Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento. | 2 | |
| | | | Ideias sem suporte. | 0 | |
| | M15 | | Elaboração do parágrafo conclusivo. | 10 | |
| Subtotal – MÉTODO | | | | 180 | |

2. CONHECIMENTO

| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO | SCORES | ESC Alu |
|---|--------|---|--------|---------|
| Introdução (10% a 15%) Algumas ideias | C1 | O Período Joanino provocou modificações políticas e econômicas tão significativas, no sistema colonial vigente, que acabaram por influir diretamente no processo de independência do Brasil. | 4 | |
| | C2 | A guerra que Napoleão travava contra a Europa, no início do século XIX, chegou a Portugal com a imposição do Bloqueio Continental contra a Inglaterra. O descumprimento dessa ordem motivou a invasão francesa do território português, em novembro de 1807. Diante desse fato, o príncipe regente, D João, optou pela transferência da Corte Bragantina para o Brasil, onde permaneceu até 1821. | 8 | |
| | C3 | Dessa forma, entre 25 e 27 de novembro, mais de dez mil pessoas embarcaram em naus portuguesas, sob a proteção da frota britânica, com destino às Américas. Basicamente, todo o aparelho burocrático deslocou-se para a colônia: ministros, conselheiros, juizes da corte suprema, funcionários do tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero, etc. Além disso, foram trasladados também o tesouro real, os arquivos do governo e várias bibliotecas. | 6 | |
| | C4 | Não obstante, Portugal continental, com o auxílio dos britânicos, conseguiu expulsar os franceses em 1808 e repelir mais duas tentativas de invasão, em 1809 e 1810. Apesar das vitórias, a transferência de todo o aparato estatal para o Brasil colocou o país em uma dupla condição desvantajosa: de colônia brasileira e protetorado britânico. Esses acontecimentos modificaram profundamente a organização política e econômica existente na colônia e a relação desta com sua antiga metrópole. | 6 | |
| | C5 | A seguir, será analisado o período da história do Brasil conhecido como Período Joanino (1808 a 1821), nas expressões política e econômica, concluindo sobre a influência desta fase para a Proclamação da Independência do Brasil. | 2 | |
| | C6 | Outras ideias julgadas pertinentes. | 10 | |
| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO | SCORES | ESC Alu |
| Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias | | a. Expressão Política | | |
| | C7 | No Brasil, D João iniciou a reorganização do Estado português . Dessa forma, passou a recriar os órgãos do governo: os ministérios do reino, da marinha, da guerra e estrangeiro e o real erário. Além desses, os órgãos de administração e de justiça: o Conselho de Estado, Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens e o Conselho Supremo Militar. Essas organizações transferiram o poder administrativo para a colônia, estruturando as bases de um governo autônomo e independente. | 9 | |
| | C8 | Nessa época, a política externa portuguesa estava orientada contra a França e Espanha “napoleônicas”. Sendo assim, em represália à invasão de Portugal, o regente invadiu a Guiana Francesa, ocupando Caiena de 1809 a 1815. Além disso, concentrou ações na região do Prata, onde interveio militarmente em 1811 e 1816. Não satisfeito, anexou-a ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Esses embates consolidaram as forças militares nacionais e deram a elas experiência, coesão e patriotismo, necessários a uma nação independente. | 9 | |

| | | | | | |
|--|-------------------------------|--|----|--|--|
| Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias | C9 | Internamente, os senhores rurais acreditavam que a proximidade física com a coroa os permitiria influenciar nas decisões do novo governo . Porém, a nobreza e os ricos comerciantes reinóis passaram a se constituir no grupo político dominante. A nobreza burocrática monopolizava os postos-chaves, compondo o verdadeiro núcleo de mando. Por outro lado, o absolutismo joanino dificultava, mais ainda, a participação dos ruralistas no poder. Esse quadro de insatisfação conduziu a um desejo cada vez maior das elites agrárias de ver o Brasil autogovernado. | 9 | | |
| | C10 | Para segurança da colônia, foi formado um exército e convocadas tropas lusas para guarnecer as principais cidades. Ademais, foram criadas a Academia Real Militar, a Academia de Marinha, a Fábrica de Pólvora, o Hospital e o Arquivo militar. Organizaram-se, dessa forma, forças armadas locais, com lideranças brasileiras formadas nas novas academias. Apesar disso, os postos de comando e as regalias estavam destinadas apenas aos nobres portugueses, o que gerava discordância e ressentimento na tropa brasileira em relação à subordinação do país a Portugal. | 9 | | |
| | C11 | Ao fim da Era Napoleônica, D. João se viu compelido, pelo Congresso de Viena, a retornar à Lisboa. Isso porque, pelo princípio da legitimidade e do equilíbrio europeu, a dinastia portuguesa somente seria reconhecida se estivesse na sede do reino. Diante do risco de perder o trono, D. João resolveu, em dezembro de 1815, elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves , legitimando a sua permanência. Essa medida deu à Colônia o mesmo status político internacional dos países independentes. | 9 | | |
| | C12 | Pouco mais de um ano depois, a Revolução Pernambucana , de 1817, espalhou-se pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, chegando a instalar um governo provisório. A revolta foi provocada pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelos colonos locais, que se somaram às ideias iluministas para produzir um movimento nativista, de caráter separatista e republicano. Dois meses após, o governo português cercou militarmente o Recife e pôs fim ao levante. Apesar da derrota, o movimento fortaleceu o sentimento nacionalista autônomo na população brasileira. | 9 | | |
| | C13 | Por outro lado, em 1820, eclode em Portugal a Revolução do Porto , que foi fomentada por ideias iluministas aliadas a uma crise política e militar. A crise política foi causada pela administração britânica, que atuava na ausência do rei e dos órgãos de governo. Já a crise militar era consequência do comando inglês das tropas portuguesas em detrimento dos oficiais locais. Como resultado, os revolucionários exigiram o retorno do rei, a constitucionalização da monarquia e a “recolonização” do Brasil, o que não seria aceito pela sociedade brasileira. | 9 | | |
| | C14 | No Brasil, acreditava-se que uma carta constitucional limitaria os poderes do rei e daria maior liberdade econômica e representatividade política aos colonos. Porém, as Cortes desejavam o retorno a um modelo pré-pombalino, em que toda a administração retornaria à Europa e o contato com as províncias seria fragmentado. Em 1821, com a volta do rei a Portugal, os grandes proprietários rurais não aceitaram a imposição da “recolonização” e passaram a defender, abertamente, a autonomia da colônia, que deveria ser governada pelo novo príncipe regente. | 9 | | |
| | Conclusão Parcial | | | | |
| | C15 | A vinda da família real recriou, no Brasil, toda a estrutura política, militar e administrativa do Estado português. Além disso, transformou o Rio de Janeiro em um centro aglutinador, atenuando a dispersão colonial. Nesse contexto, a elevação a Reino Unido a Algarves equiparou politicamente as duas nações. Por outro lado, o absolutismo joanino e a concentração de poder político e militar nas mãos de portugueses desagradava a parte significativa da sociedade colonial. As imposições das Cortes exacerbaram essas divergências, levando metrópole e colônia, politicamente estruturada como um país independente, ao conflito. | 16 | | |
| | b. Expressão Econômica | | | | |
| | C16 | A ocupação francesa dos portos portugueses obrigou D. João a abrir os portos brasileiros para as nações amigas . A Inglaterra foi a principal beneficiária do decreto, pois o Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos ingleses com destino ao Brasil, ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. A medida beneficiou também os senhores rurais que passaram a importar insumos e vender seus produtos (açúcar e algodão) livremente. Dessa forma, comerciantes ingleses e a elite agrária passaram a se opor abertamente às restrições do Pacto Colonial. | 9 | | |

| | | | | |
|--|-----|---|----|--|
| Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias | C17 | Já em abril de 1808, o príncipe regente revogou o alvará de 1785 , passando a permitir a instalação de manufaturas na colônia. Além disso, isentou de impostos a importação de matérias-primas e ofereceu subsídios para a indústria de tecidos e do ferro. Fundou, ainda, a Fábrica de Pólvora, a Casa da Moeda, o Arsenal de Guerra do Exército e passou a investir recursos da coroa no setor secundário. Essa movimentação beneficiou a todos os setores produtivos, inclusive os agrários que, futuramente, não aceitariam o retrocesso nesses privilégios. | 9 | |
| | C18 | Logo após, em 1810, foi assinado o Tratado de Navegação e Comércio . Esse tratado previa tarifas de 15% para os produtos ingleses, 16% para os portugueses e 24% para produtos de outras nações. A medida decretou a superioridade inglesa nesse setor. Por outro lado, sem a proteção tarifária, que era de 48%, os produtos de Portugal não tiveram como competir com as mercadorias inglesas, o que agravou a crise econômica vivida pela metrópole. Essa situação instigou, em 1820, as Cortes a defenderem o retorno ao Pacto Colonial e a recolonização do Brasil. | 9 | |
| | C19 | Depois do tratado, os comerciantes ingleses começaram a instalar-se na colônia . Escritórios de compra e venda de algodão, açúcar, de fumo, couros, etc estavam em todas as principais cidades. D João, para estimular a movimentação econômica, criou praças de comércio, limitou os monopólios da coroa aos diamantes e ao Pau-brasil e mandou fundar diversas colônias agrícolas no Rio de Janeiro e Espírito Santo. Medidas como essas beneficiavam sobremaneira os negociantes ingleses, que passaram a defender a autonomia econômica do País. | 9 | |
| | C20 | Por outro lado, a multiplicação de repartições públicas elevou os gastos do governo e tornou as rendas tributárias insuficientes para a manutenção do Estado, das campanhas militares e dos luxos da corte. Esse cenário exigiu a criação de novos tributos e o aumento dos já existentes. Além disso, boa parte dos recursos eram transferidos para o Rio de Janeiro, gerando insatisfação nas outras capitanias. Essas defendiam a autonomia no uso dos impostos, que deveriam beneficiar a região onde foram arrecadados e não os excessos da realeza | 9 | |
| | C21 | Nesse contexto, o Banco do Brasil foi criado, em 1808, para atuar como instituição creditícia dos setores produtivos. Apesar disso, o governo passou a emitir papel-moeda para custear a máquina pública e a Casa Real, deturpando a finalidade inicial do banco. Para lhe dar um mínimo de sustentabilidade, foram criados dois impostos: um sobre o comércio e outro sobre transportes, que ia de carruagens a navios. Os novos impostos e o mau uso do banco desagradavam as elites rurais e o povo em geral, colocando-os em oposição ao governo português no país. | 9 | |
| | C22 | No Nordeste, a Revolução Pernambucana de 1817 fundiu o nacionalismo com a revolta contra o domínio comercial luso e as desigualdades regionais. O estopim foi a queda no valor do açúcar e do algodão e um aumento nos preços dos escravos. Nesse cenário, os senhores rurais passaram a lutar por liberdade econômica e participação ativa na política, enquanto os homens livres lutavam contra a carestia e o monopólio português. Apesar da curta duração, o movimento revelou uma clara dissensão entre os interesses dos portugueses e os dos brasileiros. | 9 | |
| | C23 | Já em Portugal, a Revolução do Porto , de 1820, foi motivada pela crise econômica aliada à resistência do Rei em retornar a Lisboa. Os revolucionários pretendiam promover os interesses da burguesia lusa, limitar a influência econômica inglesa e fazer o Brasil retornar ao antigo Pacto Colonial. Essas medidas eram contrárias aos interesse da burguesia inglesa, dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos, levando ao choque entre estes grupos e as Cortes. | 9 | |
| | | Conclusão Parcial | | |
| | C24 | Conclui-se parcialmente que a liberdade industrial, a abertura dos portos e os tratados com a Inglaterra formaram a tríade de medidas que tornaram o Brasil independente economicamente de Portugal . Apesar disso, a Coroa continuou favorecendo abertamente os interesses dos portugueses em prejuízo dos colonos. Nesse cenário, as concessões passaram a ser consideradas insuficientes pelos brasileiros e excessivas pelos portugueses. Essa dicotomia se exacerbou com a formação das Cortes Portuguesas, o que conduziu ao confronto entre a metrópole e a coroa. | 16 | |
| | C25 | Outras ideias julgadas pertinentes. | 20 | |

| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO | ESCORES | ESC Alu |
|--|------------|---|------------|---------|
| Conclusão (20% a 30%) Ideias | C26 | O Período Joanino proporcionou o desenvolvimento de sólidas bases políticas e econômicas, que acabaram por sustentar uma mudança sem precedentes na história do Brasil. | 5 | |
| | C27 | Em síntese, a permanência da Corte Portuguesa no país proporcionou a quebra do pacto colonial e a equiparação política entre a colônia e a metrópole. Dessa situação beneficiaram-se a elite agrária, os comerciantes portugueses e ingleses e o próprio povo brasileiro. Por outro lado, essas transformações foram, em parte, responsáveis pela crise política, econômica e militar que grassou, nesse período, em Portugal. Sendo assim, ao fim da era napoleônica, os dois países viam a situação de prismas totalmente diferentes. A colônia pretendia preservar as concessões obtidas e ampliá-las. Já a metrópole, estava ávida por ser compensada pelos anos de guerra e sedenta pela “recolonização” e o retorno ao “status quo” anterior ao período napoleônico. Os interesses antagônicos acabaram por iniciar um conflito entre as duas nações. | 15 | |
| | C28 | Conclui-se que as instituições políticas e econômicas criadas no “Período Joanino”, proporcionaram, ao Brasil, as estruturas necessárias para o desenvolvimento de uma nação livre. Além disso, despertaram na população a consciência da necessidade de autonomia e da sua capacidade de gerir de forma independente as imensas riquezas do seu território. Nesse contexto, a intenção das Cortes portuguesas de retirar todas as vantagens concedidas por D João à colônia, as colocou em oposição aos interesses do setor agrário brasileiro, da burguesia inglesa e do povo em geral. Dessa forma, baseado na organização política e econômica em funcionamento, contando com o apoio inglês, das elites locais e do povo, e acreditando na direção do Príncipe Regente, o movimento de independência cresceu e conduziu o Brasil ao 7 de setembro de 1822. | 20 | |
| | C29 | Por fim, o Estado brasileiro herdou, do Estado português, as estruturas, aparelhos e instituições, incluindo aí a própria dinastia, o que contribuiu para dar ao movimento de libertação um relativo caráter de continuidade e não de rompimento. Sendo assim, pode-se afirmar que a independência brasileira foi quase uma “transição bragantina de poder”. | 8 | |
| | C30 | Outras ideias julgadas pertinentes. | 20 | |
| Subtotal – CONHECIMENTO | | | 300 | |

3. EXPRESSÃO ESCRITA

| TOTAL: 120 (cento e vinte) escores | | | | |
|--|--|---------|---------|--|
| PARÂMETRO | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS | ESCORES | ESC Alu | |
| (A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz. | A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições. | 0 (1) | | |
| | A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada. | 10 | | |
| | A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente. | 20 (2) | | |
| (B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte. | B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor. | 0 (1) | | |
| | B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto. | 10 | | |
| | B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor. | 25 (2) | | |

| | | | |
|---|--|------------|--|
| (C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo. | C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto. | 0 (1) | |
| | C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto. | 10 | |
| | C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias. | 20 (2) | |
| (D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação. | D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso. | 0 (1) | |
| | D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão. | 5 | |
| | D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos. | 10 | |
| | D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso. | 15 (2) | |
| (E) CORREÇÃO GRAMATICAL | E1: Ortografia. | 10 (4) | |
| | E2: Pontuação. | 10 (4) | |
| | E3: Concordância. | 10 (4) | |
| | E4: Regência. | 10 (4) | |
| Subtotal – EXPRESSÃO ESCRITA | | 120 | |

OBS: (1) Grau mínimo. (2) Grau máximo. (3) Atribuir somente um valor que melhor se enquadre na avaliação do item considerado. Pode haver um valor intermediário. (4) Retirado 1 (um) score por erro.

| RESULTADO DA QUESTÃO | | | |
|---|--|------------|-------------|
| ESCORES / GRAU BRUTO MÁXIMO (600 scores = Nota 6,00) | | 600 | 6,00 |
| ESCORES / GRAU BRUTO OBTIDO | | | |

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar as peculiaridades da política externa dos Estados Unidos da América para com a América Latina desde o início do séc. XIX ao começo do séc. XXI.

1. MÉTODO

| TOTAL: 80 (oitenta) scores | | | | | | |
|--|--|--|--|----------------|----------------|--|
| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO | | ESCORES | ESC Alu | |
| Introdução (10% a 20%) | M1 | Abordagem da ideia central. | | 3 | | |
| | M2 | Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo. | | 3 | | |
| | M3 | Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento. | | 3 | | |
| | Identificação do objeto correto | M4 | Não elaboração da introdução de forma abrupta. | | 2 | |
| | | M5 | Não antecipação de partes do desenvolvimento. | | 2 | |
| | | M6 | Ligação com o desenvolvimento. | | 2 | |
| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO | | ESCORES | ESC Alu | |
| Desenvolvimento (80% a 90%) | M7 | Divisão da solução em introdução e desenvolvimento. | | 5 | | |
| | M8 | Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa). | Em todas as ideias. | 10 | | |
| | | | Em mais da metade das ideias. | 5 | | |
| | | | Em menos da metade das ideias. | 2 | | |
| | | | Em nenhuma das ideias. | 0 | | |

| | | | | |
|---|------------|---|--------------------------------|-----------|
| Desenvolvimento (80% a 90%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto | M9 | Identificação da coerência das ideias com o objeto. | Em todas as ideias. | 20 |
| | | | Em mais da metade das ideias. | 10 |
| | | | Em menos da metade das ideias. | 5 |
| | | | Em nenhuma das ideias. | 0 |
| | M10 | Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito. | Em todas as ideias. | 30 |
| | | | Em mais da metade das ideias. | 20 |
| | | | Em menos da metade das ideias. | 10 |
| | | | Em nenhuma das ideias. | 0 |
| Subtotal – MÉTODO | | | | 80 |

2. CONHECIMENTO

| PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO | ESCORES | ESC Alu |
|--|------------------|--|--|----------------|
| Introdução (10% a 20%) Algumas ideias | C1 | A política externa dos Estados Unidos da América (EUA) para a América Latina tem apresentado variações ao longo do tempo, em atenção aos seus interesses políticos e econômicos e em conformidade com a conjuntura internacional. | 6 | |
| | C2 | A América Latina é uma vasta região do continente americano, que compreende o México, países da América Central e da América do Sul, e caracteriza-se por ter sido colonizada majoritariamente por espanhóis e portugueses, povos ibéricos de língua e culturas latinas, sendo basicamente fornecedora de matéria-prima e produtos agropecuários para o mercado externo. | 7 | |
| | C3 | A partir do século XX, os EUA se afiguraram como grande potência no cenário global, especialmente após a Primeira Guerra Mundial (I GM), ocorrida entre 1914 e 1918. Ao superar a crise de 1929 e após o término da Segunda Guerra Mundial (II GM), deflagrada entre 1939 e 1945, os norte-americanos ascenderam como superpotência, tendo a sua hegemonia se fortalecido enormemente em oposição à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), antiga superpotência antagônica aos EUA. A hegemonia mundial dos Estados Unidos ficou ainda mais expressiva a partir dos anos 1990, por ocasião da derrocada da URSS, marcando o fim da bipolaridade da ordem mundial. | 8 | |
| | C4 | Na condição de guardiões propagadores e defensores dos ideais liberais democráticos, do sistema capitalista de produção e da economia de mercado, a política externa dos EUA tem se pautado na difusão e garantia desses valores, particularmente na América Latina, região que historicamente é por eles considerada como área de sua exclusiva influência política, econômica e cultural. | 8 | |
| | C5 | A seguir, serão apresentados os aspectos da política externa dos Estados Unidos da América para com a América Latina desde o início do séc. XX ao começo do séc. XXI. | 5 | |
| | C6 | Outras ideias julgadas pertinentes. | 10 | |
| | PARÂMETRO | IDEIAS | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO | ESCORES |
| Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias | C7 | a. Doutrina Monroe por base A política externa dos EUA para a América Latina tem por premissa a Doutrina Monroe, cuja ideia força é o lema “A América para os americanos”. Embora surgida em meados do século XIX, em uma mensagem do presidente James Monroe ao Congresso norte-americano, a Doutrina Monroe embasou a expansão econômica internacional e o desenvolvimento capitalista dos EUA no século seguinte, no sentido de neutralizar a influência das potências europeias na América Latina, consideradas como ameaças aos seus interesses na região. | 13 | |
| | C8 | b. Teoria do Destino Manifesto como premissa O Destino Manifesto é a teoria segundo a qual “os norte-americanos foram escolhidos pelo destino para dominarem a América”. Tal teoria defendia ser uma tarefa divina e necessária a difusão das concepções da sociedade norte-americana pelo mundo. A política externa dos EUA, incorporando o pensamento do Destino Manifesto, tratou de estender a sua influência política e econômica por toda a América Latina, a começar pela América Central e Caribe. | 13 | |

| | | | | |
|--|--|--|----|--|
| <p>Desenvolvimento (80% a 90%)</p> <p>Algumas ideias</p> | <p>C9</p> | <p>c. Aplicação do Corolário Roosevelt</p> <p>A Doutrina Monroe e a Teoria do Destino Manifesto serviram de base ideológica para a política externa dos EUA, no sentido de que assumissem a tutela sobre toda a América Latina. Adaptados pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), os fundamentos da Doutrina Monroe passaram a ser conhecidos como Corolário Roosevelt, que garantia o direito do uso da força aos EUA para intervir nos países do continente na preservação de seus interesses, dando um caráter imperialista às suas relações com os países latino-americanos.</p> | 13 | |
| | <p>C10</p> | <p>d. Advento da Política do “Big Stick” (o grande porrete)</p> <p>A Política do “Big Stick” (o grande porrete) foi sintetizada pela frase do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), referindo-se às relações com a América Latina: “Devemos falar macio, mas carregar um grande porrete”. Neste período, a política externa dos EUA caracterizou-se pelas diversas intervenções, inclusive militares, em países da América Latina, na garantia de investimentos e interesses norte-americanos, despertando um sentimento antiamericano na região.</p> | 13 | |
| | <p>C11</p> | <p>e. Intervencionismo</p> <p>A política externa dos EUA para a América Latina, no início do século XX, voltou-se para o intervencionismo. Merecem destaque: a intervenção em Cuba por ocasião de sua primeira Constituição em 1901, em que foi instituída uma emenda que permitia o direito de intervenção dos EUA no país; o estímulo ao movimento separatista do Panamá, em relação à Colômbia, em troca do controle do Canal do Panamá em 1903; e a ocupação militar na Nicarágua, de 1909 a 1933, para fins de estabilização política do país. Os EUA justificavam a sua política externa na região latino-americana pela crença de que tinham a obrigação de assumir o papel de polícia regional, devido ao seu alto grau de desenvolvimento democrático e econômico.</p> | 13 | |
| | <p>C12</p> | <p>f. Adoção da Política da Boa Vizinhança</p> <p>A partir de 1933, com a eleição do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt, os Estados Unidos adotaram uma “Política da Boa Vizinhança”, que abandonou as ações de intervenção militar nos países latino-americanos. A política externa dos EUA para a América Latina sofreu, portanto, uma mudança de rumos e passou a privilegiar a diplomacia e a aproximação cultural. A ideia era mudar a imagem intervencionista dos Estados Unidos para a de um “bom vizinho”, de forma a garantir o fornecimento de matérias-primas e mercado para seus produtos, bem como diminuir a crescente influência da Alemanha e consolidar a sua hegemonia no continente.</p> | 13 | |
| | <p>C13</p> | <p>g. Implementação da Doutrina Truman</p> <p>No período da Guerra Fria (1945-1991), após a II GM, as relações internacionais eram marcadas pela rivalidade entre as superpotências EUA e URSS, com ambas disputando áreas de influência em um cenário de confronto ideológico capitalismo x comunismo. Nesse contexto de bipolaridade, o presidente Harry Truman (1945-1953) fundamentou, em 1947, a Doutrina Truman, que estabelecia que a política externa dos EUA passaria a ter como principal objetivo impedir a expansão da ideologia comunista soviética, especialmente em nações capitalistas consideradas frágeis como os da América Latina.</p> | 13 | |
| <p>C14</p> | <p>h. Combate à influência da URSS na região</p> <p>Seguindo os preceitos da Doutrina Truman, a política externa dos EUA retornou com o intervencionismo nos países da América Latina na defesa do capitalismo e contra a difusão do comunismo na região. Desta forma, governos de tendência esquerdista ou que pendiam para a ideologia comunista soviética foram tornados indesejáveis para os norte-americanos. Movimentos políticos e de luta armada contrários aos governos de esquerda e identificados ideologicamente com os EUA receberam apoio financeiro e militar em toda a América Latina, para tomada do poder e afastamento da influência da URSS, especialmente após Cuba adotar o regime comunista em 1959.</p> | 13 | | |

| | | | | |
|---|------------|--|------------|--|
| Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias | C15 | i. Propagação do neoliberalismo econômico A política externa dos EUA organizou, em 1989, um encontro com representantes dos países latino-americanos para apresentar uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. A reunião, ocorrida na capital norte-americana, ficou conhecida como Consenso de Washington e preconizou a disciplina fiscal, a reforma fiscal e tributária, a privatização de estatais e a desregulamentação trabalhista, entre outros. Muitas destas recomendações foram aceitas e implementadas, propiciando maior abertura dos mercados do continente ao capital norte-americano. | 13 | |
| | C16 | j. Constituição de uma área de livre comércio por objetivo Ao final da ordem bipolar, nos anos 1990, a política externa dos EUA passou a objetivar a constituição de uma área de livre comércio como principal meta nas relações com os países latino-americanos. A proposta consistia na criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e foi lançada pelo então presidente republicano George Bush (pai), em 1990, e formalizada em 1994, na Cúpula das Américas, já na presidência do democrata Bill Clinton. Entretanto, a iniciativa não prosperou devido à forte resistência empreendida por parte dos demais países do continente, em virtude da grande defasagem entre a economia americana e as dos países da América Latina. | 13 | |
| | C17 | k. Combate ao narcotráfico Ao longo de todo o século XX, e principalmente a partir do arrefecimento da bipolaridade, os EUA estabeleceram que os narcóticos e os entorpecentes eram o seu principal inimigo e causa de problemas sociais no país. A política externa norte-americana buscou então, com maior ênfase nos anos 2000, envidar esforços no sentido de demandar estratégias para um esforço mútuo e coletivo das nações latino-americanas no combate ao narcotráfico sob a liderança dos EUA, particularmente naquelas consideradas produtoras e distribuidoras das drogas ilícitas. Tal estratégia visava a inibir o tráfico internacional de drogas e o decorrente financiamento de determinados grupos paramilitares e governos contrários aos interesses norte-americanos, como ocorrido na Colômbia, Peru, Bolívia e México. | 13 | |
| | C18 | l. Combate à imigração ilegal Visto como a terra das oportunidades, os EUA têm sido o destino preferido de grande contingente latino-americano que deseja melhores condições de vida. O forte controle imigratório norte-americano faz com que muitos indivíduos terminem por tentar o ingresso ilegal e clandestino no país. Diante deste quadro, a política externa norte-americana, no início do século XXI, tem procurado desestimular e reprimir o movimento migratório ilegal, por meio de medidas políticas e econômicas restritivas junto aos países da América Latina, principalmente os da América Central, origem de significativo contingente migratório, e particularmente o México, país fronteiro aos EUA e principal rota de acesso desses imigrantes. | 13 | |
| | C19 | Outras ideias julgadas pertinentes. | 40 | |
| Subtotal – CONHECIMENTO | | | 240 | |

3. EXPRESSÃO ESCRITA

| TOTAL: 80 (oitenta) escores | | | |
|--|--|---------|---------|
| PARÂMETRO | ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS | ESCORES | ESC Alu |
| (A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz. | A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições. | 0 (1) | |
| | A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada. | 5 | |
| | A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente. | 10 (2) | |

DIVISÃO DE PREPARAÇÃO E SELEÇÃO
Ficha de Observações

MÉTODO E CONHECIMENTO

| Nr | OBSERVAÇÃO | Nr | OBSERVAÇÃO |
|-----------|--|-----------|--|
| 1 | Interpretou incorretamente a questão. | 17 | Escreveu ideias sem ligação de causa e efeito com o pedido. |
| 2 | Empregou incorretamente a SERVIDÃO. | 18 | Levantou pouca quantidade de ideias. |
| 3 | Equívocou-se na delimitação do tempo. | 19 | Desenvolveu as ideias de forma incompleta. |
| 4 | Equívocou-se na delimitação do espaço. | 20 | Não respondeu ao pedido formulado. |
| 5 | Não atendeu ao destaque imposto no enunciado. | 21 | Respondeu parcialmente ao pedido. |
| 6 | Empregou inadequadamente o verbo na 1ª pessoa (impessoalidade). | 22 | Apresentou argumentações vagas. |
| 7 | Equívocou-se conceitualmente. | 23 | Não dividiu o todo em partes coerentes conforme preconizado na publicação método para solução de questões. |
| 8 | Não aplicou corretamente a metodologia para solução de questões preconizada na publicação método e nas vídeoaulas. | 24 | Não observou que na questão do ND COMPREENSÃO o subtítulo (quando utilizado) deve ser a citação sintetizada do fato. Após o que, deve seguir a argumentação que sedimenta a ideia apresentada (relação de causa e efeito). |
| 9 | Não terminou a solução de toda a questão. | 25 | Não atentou que na questão do ND COMPREENSÃO NÃO é obrigatório fazer CONCLUSÕES, exceto quando claramente explicitado no pedido. |
| 10 | Não elaborou a introdução. | 26 | Não elaborou as conclusões parciais. |
| 11 | Antecipou ideias do desenvolvimento na introdução. | 27 | Redigiu inadequadamente a conclusão parcial. |
| 12 | Redigiu introdução vaga. | 28 | Não retornou à ideia central no início da conclusão. |
| 13 | Não abordou a ideia central no início da introdução. | 29 | Concluiu sobre ideias não constantes do desenvolvimento. |
| 14 | Confeccionou introdução fora do assunto pedido. | 30 | Não elaborou o parágrafo conclusivo. |
| 15 | Redigiu introdução contendo poucas ideias consideradas válidas. | 31 | Não atendeu à imposição da questão na conclusão. |
| 16 | Não estabeleceu a ligação da introdução com o desenvolvimento. | 32 | Não elaborou a conclusão. |

EXPRESSÃO ESCRITA

| Nr | OBSERVAÇÃO | Nr | OBSERVAÇÃO |
|-----------|---|-----------|---|
| 33 | Cometeu erros de acentuação gráfica. | 43 | Não redigiu corretamente parágrafo, frase e/ou período. |
| 34 | Cometeu erros de concordância verbal. | 44 | Escreveu palavra inexistente. |
| 35 | Cometeu erros de concordância nominal. | 45 | Repetiu excessivamente uma palavra. |
| 36 | Cometeu erros de pontuação. | 46 | Redigiu texto com rasuras. |
| 37 | Cometeu erros de regência verbal. | 47 | Não empregou a abreviatura e/ou sigla de maneira apropriada. |
| 38 | Cometeu erros de regência nominal. | 48 | Usou exageradamente a ordem inversa, comprometendo a clareza do texto. |
| 39 | Redigiu frase/parágrafo muito extenso. | 49 | Empregou palavra e/ou expressão de maneira inapropriada. |
| 40 | Redigiu frase/parágrafo confuso e de difícil compreensão. | 50 | Redigiu texto com caligrafia ruim, comprometendo o entendimento da solução. |
| 41 | Usou incorretamente as iniciais maiúscula/minúscula. | 51 | Não colocou entre aspas palavras em idioma estrangeiro. |
| 42 | Escreveu palavra com grafia incorreta. | 52 | Empregou termos do jargão militar. |

As observações desta ficha servirão para a avaliação dos trabalhos escritos, com base nas Fichas Auxiliares de Correção (FAC).